



ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL	3
1.2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.3 METODOLOGIA	4
2 IDENTIFICAÇÃO E ENTENDIMENTO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO	5
3 DEFINIÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS	7
3.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE).....	7
3.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BRAGA	18
3.3 FACTORES AMBIENTAIS	37
3.4 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	41
4 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	46
5 CONCLUSÃO	47
6 BIBLIOGRAFIA	49

Lista de Abreviaturas

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
CMB – Câmara Municipal de Braga
D.L. – Decreto – Lei
DQA - Directiva Quadro da Água
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
EU – União Europeia
FA – Factores Ambientais
FCD – Factores Críticos de Decisão
GEE – Gases com Efeito de Estufa
IAIA – International Association for Impact Assessment
PBH – Plano de Bacia Hidrográfica
PDM – Plano Director Municipal
PDMB – Plano Director Municipal de Braga
PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA- Plano Nacional da Água
PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE - Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
PNPOT – Plano Nacional de Políticas de Ordenamento do Território
PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
QE – Questões Estratégicas
QRE – Quadro de Referência Estratégico
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RJIGT- Regime Jurídico dos Instrumentos de gestão territorial
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UM – Universidade do Minho

1| INTRODUÇÃO

Num contexto de revisão do Plano Director Municipal (PDM) da cidade de Braga, o presente relatório constitui a primeira fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e consiste no Relatório de Factores Críticos para a Decisão.

O objectivo deste relatório é a identificação dos factores críticos para a decisão (FCD), bem como a estruturação da metodologia de abordagem na AAE. Os FCD, respectivos critérios, objectivos de sustentabilidade e indicadores permitirão avaliar numa segunda fase a sustentabilidade da proposta de revisão do PDM de Braga.

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o disposto na alínea a) do nº1 do artigo 3º do D.L. nº 232/2007 de 15 de Junho, “todos os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, industria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos, estão sujeitos a avaliação ambiental”. Assim, torna-se imprescindível a realização da presente AAE à revisão do PDM de Braga (PDMB).

1.2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Avaliação Ambiental Estratégica tem como principal objectivo, facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de acção no quadro de desenvolvimento sustentável (Partidário 2007).

Desta forma, esta avaliação deve ser: integrada, orientada para a sustentabilidade, focada, verificável, participativa e interactiva, critérios que foram adoptados pela IAIA (Internacional Association for Impact Assessment) em 2002.

Para contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável, as decisões estratégicas vão sendo tomadas ao longo do processo de revisão do PDM, integrando questões ambientais e de desenvolvimento sustentável durante a concepção de opções estratégicas de desenvolvimento. O âmbito da AAE inclui aspectos de natureza física, ecológica, social, cultural, económica, na medida em que são relevantes para determinar a qualidade da envolvente em que se vive.

Em AAE os factores passíveis de produzir impacto são os objectivos estratégicos de desenvolvimento, que assentam em modelos de desenvolvimento territorial, económico e social, apoiados num quadro de grandes opções de desenvolvimento sustentável.

A AAE torna-se mais eficiente face aos seus objectivos se adoptar metodologias com uma natureza mais estratégica, onde o objectivo é integrar as questões ambientais o mais cedo possível no ciclo de planeamento. Como a revisão do PDMB ainda se encontra no início, é ainda possível adoptar esta

estratégia e incorporar as questões ambientais na implementação do Plano, de modo a promover um planeamento sustentável do território.

1.3 METODOLOGIA

Como metodologia para a elaboração da AAE da proposta de revisão do PDM de Braga, foram consultados o Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica¹ e o Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território². A metodologia descrita de AAE tem em conta os requisitos da Directiva 2001/42/CE de 25 de Junho, transposta para a legislação nacional pelo D.L. nº 232/2007 de 15 de Junho.

A primeira fase da AAE é a realização do relatório de factores críticos. É necessário portanto, em primeiro lugar, a identificação do objecto de avaliação, e de seguida, a definição dos factores críticos para a decisão.

Na segunda fase, procede-se à análise e avaliação técnica que quantificam as oportunidades e riscos na implementação do PDM, entre outros, e traçam-se directrizes de planeamento, programação e monitorização.

Para a identificação e entendimento do objecto de avaliação é necessário definir a sua dimensão estratégica e ter em conta as linhas de força e objectivos estratégicos.

Para a identificação dos FCD, que estruturam a avaliação estratégica, é necessário integrar os seguintes elementos:

🚩 Quadro de Referência Estratégico (QRE), que possui aspectos que permitem a identificação de objectivos e metas de macro-enquadramento estratégico. Reúne macro-objectivos de política ambiental e de sustentabilidade, estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para a AAE e são exigidos legalmente.

🚩 Questões Estratégicas (QE), que permitem dar resposta às exigências legais do conteúdo e objectivos do plano ou programa.

🚩 Factores Ambientais (FA), legalmente estabelecidos pelo D.L. nº 232/2007 de 15 de Junho, os quais permitem a identificação dos factores de risco a ser analisados na 2ª fase.

Assim, para a realização deste relatório agruparam-se as orientações nacionais e internacionais em matéria de ambiente e sustentabilidade. Posteriormente, esta informação foi cruzada com as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Braga, o que permitiu a selecção de factores ambientais e de sustentabilidade que possibilitam a definição dos FCD.

¹ Partidário, Mº do Rosários; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa 2007

² DGOTDU – Documentos de Orientação 01/2008

2| IDENTIFICAÇÃO E ENTENDIMENTO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O PDM de Braga em vigor foi ratificado por Resolução de Concelho de Ministros nº9/2001 de 30 de Janeiro, considerando-se que presentemente se encontram reunidas as condições necessárias para iniciar um segundo processo de revisão de acordo com a alínea a) do ponto 1 e 2, do artigo 98º do D.L. 380/ 99 de 22 de Setembro.

Como se trata de um processo de revisão deve ter-se em conta que não haverá ruptura com o plano precedente mas sim uma adaptação à realidade do Concelho e a todas as normas legislativas inerentes ao processo.

O presente relatório foi realizado em articulação com o relatório de avaliação da execução do PDM em vigor.

Para a realização de tal relatório foi analisada a situação actual do concelho face à última revisão em 2001. Este procedimento constituiu um exaustivo estudo sobre a Evolução Demográfica; Indicadores económicos; Edificado; Acessibilidade; Mobilidade e Transportes. Seguidamente foi avaliada a Qualidade Ambiental do Concelho, que permitiu a caracterização de alguns pontos fracos.

Este estudo intensivo foi a base para a definição dos domínios estratégicos e objectivos específicos a concretizar nesta revisão do PDM (ver relatório de avaliação da execução do PDMB, capítulo II – Proposta de revisão do PDMB).

O PDMB é um instrumento de Ordenamento do Território estratégico, orientador das estratégias de desenvolvimento do Concelho de Braga e subdivide-se em 3 Domínios Estratégicos que se constituem de vários objectivos específicos:

1. Braga Concelho Atractivo para Viver

- 1.1) Promoção da Imagem da cidade.
- 1.2) Programação da Ocupação Urbana.
- 1.3) Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal.
- 1.4) Contenção da Dispersão.
- 1.5) Reforçar a Identidade dos núcleos urbanos Periféricos.
- 1.6) Definição do sistema de vistas.
- 1.7) Definição da Circular Exterior.
- 1.8) Racionalização da rede de Transportes Públicos.
- 1.9) Consolidação da rede de Equipamentos.

2. Braga Concelho de Investimento Empresarial.

- 2.1) Potenciar a atracção de Empresas no Concelho.
- 2.2) Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial.
- 2.3) Modernizar, na medida do possível as Áreas Industriais Existentes.
- 2.4) Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial.



- 2.5) Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C., etc.
- 2.6) Fomentar o Investimento Turístico.

3. Braga Concelho Competitivo à Escala Ibérica.

- 3.1) Integração da Estação de Braga no Traçado do Comboio de Alta Velocidade.
- 3.2) Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI).
- 3.3) Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal (acessibilidade, mobilidade, Incentivos na Intermodalidade nos Transportes).
- 3.4) Reforçar o papel da Cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional.
- 3.5) Reforçar a Vertente Cultural.

3| DEFINIÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS

Os FCD estruturam a avaliação estratégica e decorrem do contexto e da escala em que a AAE é realizada (Partidário, 2007). É necessário portanto, integrar o Quadro de Referência Estratégico (QRE), as Questões Estratégicas (QE) e os Factores Ambientais (FA), num contexto de desenvolvimento sustentável.

3.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico permite-nos que com base nos planos e programas macro - orientadores das políticas nacionais existentes seja mais fácil alcançar as metas exigidas pelas QE.

O QRE constitui-se relativamente a outros Planos e possui a informação de base para a avaliação do modelo de ocupação e uso do território.

Este Quadro refere-se aos problemas e características ambientais e aos objectivos de protecção existentes na área de intervenção do Plano (Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território - DGOTDU 2008).

É através do PDM que se consegue a efectiva aplicação das estratégias definidas nos diversos Planos e Programas.

Após análise simultânea do território e das problemáticas do Concelho, que se constituíram nos principais e mais importantes objectivos da revisão (ver Relatório da Avaliação da Execução do PDMB, Maio 2008), procedeu-se à selecção dos Planos e Programas aos quais o PDM deve estar subjacente, tendo em vista a melhoria de questões relativas ao ambiente e realidade socioeconómica. Por sua vez, estes Planos e Programas constituem a ENDS (Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável). A ENDS é uma Estratégia de Referência Nacional para a acção e constitui um referencial para a elaboração e concretização do QRE

No âmbito da revisão do PDMB a ENDS adoptada possibilitou a realização do seguinte QRE:

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	<p><i>ENDS 2005 – 2014</i></p> <p><i>QREN 2007 – 2013</i></p> <p><i>PNPOT 2007 – 2025</i></p> <p><i>PNA</i></p> <p><i>PNAC</i></p> <p><i>PNAEE</i></p> <p><i>PERSU II</i></p> <p><i>PROT – N</i></p> <p><i>PROF</i></p> <p><i>PBH Cavado e Ave</i></p> <p><i>Quadrilátero Urbano</i></p>
---	--

Quadro 1: Quadro de referência estratégico adoptado como orientação no processo de revisão.

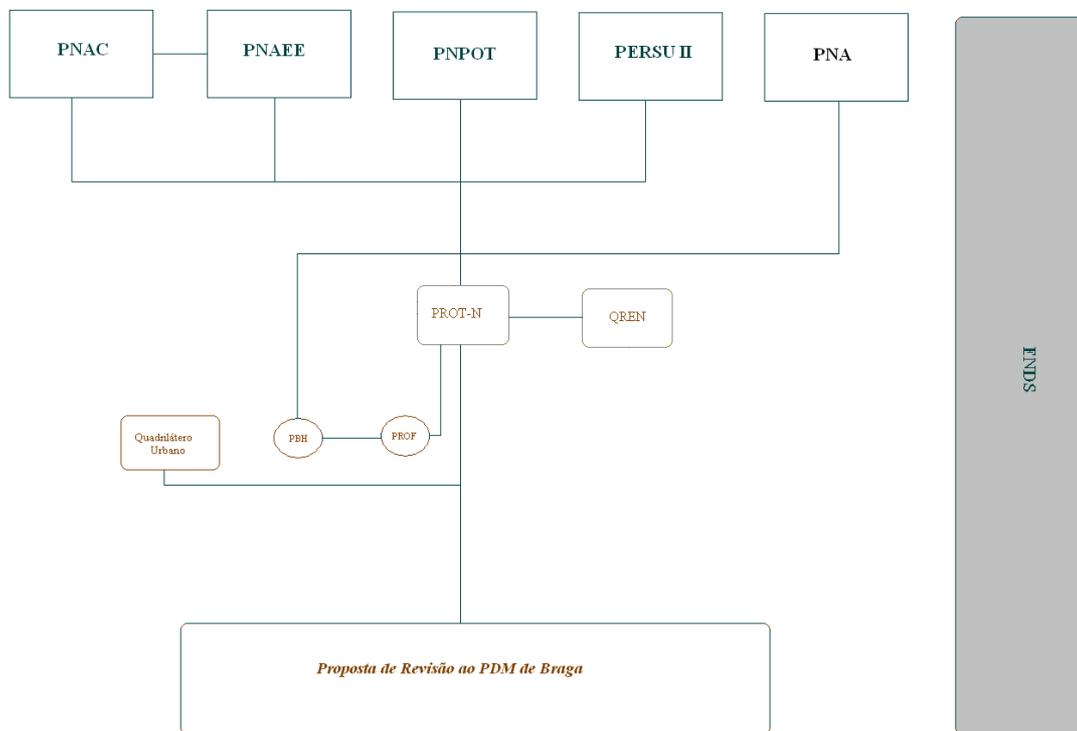


Ilustração 1: Principais instrumentos de Política e Ordenamento utilizados (Adaptado do “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas”; Partidário, M^o do Rosários; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa 2007)

De modo a evidenciar que os objectivos económicos, sociais e ambientais podem reforçar-se mutuamente e actuar em conjunto, foram seguidas as directrizes dos diferentes instrumentos, na revisão do PDMB:

- O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) pretende a concretização de um modelo competitivo, caracterizado pela produção qualificada e diferenciada, utilizando recursos mais avançados e específicos em processos activos de resposta a procuras globais.
- O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) de acordo com o disposto no Decreto-Lei n^o 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo D.L. 319/07 de 19 de Setembro “ estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [nomeadamente, os PROT e os PDM] e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia” (art. 26^o) e “ estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem

como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural” (n.º 1, art.28º).

- “ Face às evidências crescentes do fenómeno global das Alterações Climáticas, em 1992, foi assinada a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas “ como é referido na Resolução de Conselho de Ministros nº 1/2008. “Para cumprir os objectivos nacionais em matéria de Alterações Climáticas, constituem instrumentos fundamentais, entre outros, o programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) que define um conjunto de políticas e medidas internas que visam a redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por parte dos diversos sectores de actividade.
- O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) articula-se com o PNAC, num contexto de eficiência energética para o País, numa tentativa de reduzir os gastos de energia e as emissões de CO₂ para a atmosfera. Este Plano “engloba um conjunto alargado de programas e medidas consideradas fundamentais para que Portugal possa alcançar e suplantar os objectivos fixados no âmbito da directiva europeia nº 2006/32/CE do parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Abril.
- Conforme o disposto na Portaria nº 187/2007 de 12 de Fevereiro “ O plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), aprovado em 1997, configurou-se como um instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos sólidos urbanos (RSU). O balanço da aplicação do PERSU é claramente positivo” ...” O PERSU forneceu ainda linhas de orientação geral para a criação de fluxos especiais de gestão, abrindo caminho à criação de legislação específica e à constituição e licenciamento das respectivas entidades gestoras”.
- Com a entrada em vigor da DQA em Portugal, foi necessária uma revisão à legislação nacional para o sector água, para que se contemple todos os paradigmas de gestão da água incorporados na directiva.

Desta revisão surgem então actualizados os principais planos de bacia hidrográfica e o PNA (Plano Nacional para a Água). O PNA assume-se como um pilar na definição de uma nova política de gua em Portugal, porque engloba problemas ambientais, a escassez dos recursos hídricos e uma visão de desenvolvimento sustentado.

- Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) têm como funções principais, definir directrizes para o uso, ocupação e transformação do território, segundo opções estratégicas estabelecidas a nível regional, promoção da integração de políticas sectoriais e ambientais no Ordenamento do Território e fornecer orientações para a elaboração dos PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território).
- Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos de política sectorial que incidem exclusivamente sobre os espaços florestais e estabelecem normas específicas de intervenção sobre a ocupação, ordenamento e utilização florestal desses espaços, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objectivos da política florestal nacional.
- O Plano de Bacia Hidrográfica do Cavado visa dar cumprimento ao disposto no n.º2 do art. 2º D.L. nº 45/94 de 22 de Fevereiro “ o planeamento de recursos hídricos tem por objectivos gerais

a valorização, protecção e gestão equilibrada dos recursos hídricos nacionais, assegurando a sua harmonização com o desenvolvimento regional”.

- O Instrumento de Política “Redes Urbanas para a Competitividade” tem como objectivo estimular as cidades portuguesas a estabelecerem redes entre si. Desta forma e no seguimento do programa “Política de Cidades Polis XXI”, foi aceite como acção preparatória da Rede <Barcelos – Braga – Guimarães – Vila Nova de Famalicão>, o Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização. O programa tem como “objectivos a promoção e formulação de estratégias de cooperação e a constituição de redes com massa crítica suficiente para atrair e desenvolver novas funções urbanas e actividades inovadoras, estimulando a cooperação urbana em rede”.

Foi também tido em conta na revisão do PDMB o Programa Nacional para o Uso eficiente da água, que prevê a implementação de diferentes acções para uso eficiente deste recurso. Estas diversas acções são compostas por um conjunto de 87 medidas tendentes à melhoria da eficiência no uso da água. Destas, 50 destinam-se ao sector urbano, 23 ao sector agrícola e 14 ao sector industrial. Este programa tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente nestes sectores contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos. Apesar de ter sido considerado na revisão do PDMB, este programa não foi desenvolvido neste relatório pela extensão de todas as acções e medidas que o constituem.

Para uma melhor interpretação do contributo de cada Plano e Programa contemplado no quadro de referências estratégico, foram identificados e sintetizados nos seguintes quadros os objectivos respectivos a cada instrumento de apoio à gestão e ao ordenamento do território.

ENDS 2005-2015	<p>Preparar Portugal para a “sociedade do conhecimento”.</p> <p>Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.</p> <p>Melhor ambiente e valorização do Património.</p> <p>Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social.</p> <p>Melhor conectividade Internacional do País e Valorização equilibrada do Território.</p> <p>Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional.</p> <p>Uma administração pública mais eficiente e modernizada.</p>
-----------------------	--

Quadro 2: Objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.



QREN 2007 – 2013	<p>Promover a qualificação dos portugueses.</p> <p>Promover o crescimento sustentado.</p> <p>Garantir a coesão social.</p> <p>Assegurar a qualificação do território e das cidades.</p> <p>Aumentar a eficiência da governação.</p>
-------------------------	---

Quadro 3: Objectivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

PNPOT	<p>Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, prevenir e minimizar os riscos.</p> <p>Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.</p> <p>Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão industriais.</p> <p>Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.</p> <p>Expandir as redes de infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.</p> <p>Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.</p>
--------------	--

Quadro 4: Objectivos do Programa Nacional de Política e Ordenamento do Território.



***PNPOT – Região urbano
– metropolitana do
Noroeste***

Ordenar o território e estruturar o policentrismo, criando âncoras para o desenvolvimento de um terciário avançado (...) ao reforço e organização do triângulo Braga – Guimarães – Vila Nova de Famalicão (...).

Reordenar e qualificar os espaços industriais para a transformação das estruturas empresariais, apostando em espaços de qualidade e em relação de proximidade e forte interação.

Consolidar uma rede de espaços qualificados de acolhimento de actividades inovadoras e de base tecnológica.

Criar redes de cooperação inter-urbana capazes de promoverem a reorganização espacial dos serviços.

Organizar o sistema territorial de mobilidades, de modo a reforçar polarizações urbanas e a estruturar sistemas urbanos sub-regionais.

Qualificar as periferias da AMP, ordenar a implantação de equipamentos e infra-estruturas de referência e promover a operacionalização das redes necessárias à superação dos défices ambientais.

Controlar os impactes ambientais da urbanização difusa e dos previsíveis processos de abandono de algumas instalações industriais, através da valorização do património e dos espaços públicos.

Quadro 5: Objectivos do Programa Nacional de Política e Ordenamento do Território para a Região Norte.



PNA	<p>Conhecimento rigoroso numa base comum das características fundamentais, utilizações e riscos associados aos recursos hídricos.</p> <p>Protecção eficaz e permanente das águas, gestão da procura e superação de carências básicas em infra-estruturas, numa abordagem sectorializada dos problemas e necessidades e hierarquização e programação territorial e sectorial integrada.</p> <p>Definição concreta do domínio hídrico e aplicação eficiente dos instrumentos para a sua protecção.</p> <p>Instalação efectiva do sistema de sustentabilidade económico-financeiro dos recursos hídricos.</p> <p>Concretização de uma dinâmica de informação e participação das populações para a decisão</p> <p>Operacionalização dos instrumentos de cooperação para a gestão das bacias hidrográficas internacionais.</p>
------------	---

Quadro 6: Objectivos do Plano Nacional da Água.

PNAC	<p>Definição de cenários de referência contrastados, de forma a abarcar a gama de realizações possíveis no que se refere ao comportamento da economia e das emissões de GEE.</p> <p>Quantificar o esforço de redução, em termos de CO₂, para o cumprimento das metas a que Portugal se obrigou.</p> <p>Identificar um conjunto de medidas e instrumentos para controlo e redução de GEE.</p> <p>Explicitar o cenário de cumprimento da directiva, evidenciando as orientações da política passíveis de promover a implementação das medidas e instrumentos adicionais identificados.</p> <p>Definir o sistema de monitorização PNAC, em linha com o que vier a ser estabelecido pelas instâncias internacionais.</p>
-------------	---

Quadro 7: Objectivos do Plano Nacional para as Alterações Climáticas.



PNAEE	Tecnologias	Transportes	Renove carro Mobilidade Urbana Sistema Eficiência Transportes
		Residencial e Serviços	Renove casa e escritório Sistema eficiência de edifícios Renováveis na hora e programa solar
		Industria	Sistema Eficiência Industria
		Estado	E3: Eficiência energética Estado
	Comportamentos	Comportamentos	Programa Mais Operação E
		Fiscalidade	Fiscalidade verde
		Incentivos e Financiamento	Fundo de eficiência energética

Quadro 8: Objectivos do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.

PERSU II	Eixo I – Prevenção: Programa Nacional.
	Eixo II – Sensibilização/Mobilização dos cidadãos.
	Eixo III – Qualificação e optimização da gestão de RSU.
	Eixo IV – Sistema de informação como pilar de gestão de RSU.
	Eixo V – Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RSU.

Quadro 9: Objectivos do plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II.



PROT-N	<p>A valorização da posição geoestratégica da região.</p> <p>A afirmação da região como plataforma de Internacionalização da economia nacional.</p> <p>Consolidar o sistema de protecção e valorização ambiental.</p> <p>Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo.</p> <p>Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e de centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de actividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico.</p> <p>Organizar o sistema de acessibilidades.</p> <p>Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial numa lógica de disponibilização de espaços de qualidade e de concentração de recursos qualificados.</p> <p>Organizar uma rede de pólos de excelência em espaço rural.</p> <p>Valorização das especialidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais.</p> <p>Contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa.</p> <p>Adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes.</p>
---------------	---

Quadro 10: Objectivos do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte.



<p>PROT N – A aglomeração Metropolitana e Cidades de Equilíbrio regional – Braga</p>	<p>Afirmar-se enquanto pólos-nucleares do desenvolvimento da região.</p> <p>Liderar processos de qualificação funcional e da atractividade de investimentos externos.</p> <p>Promover o emprego em serviços transaccionáveis e susceptíveis de concorrer no mercado internacional que se baseiam na capacidade de engenharia e gestão.</p> <p>Reforçar as competências de I&D, nas áreas da Saúde, Comunicação/Electrónica, Mar e Mobilidade.</p> <p>Dinamizar processos de inovação e dinamização dos clusters regionais.</p> <p>Activar o desenvolvimento de serviços de reconstrução urbana e de manutenção dos edifícios, os serviços de manutenção de espaços verdes, e serviços de instalação de novas soluções energéticas.</p> <p>Favorecer o reforço económico e social da cultura.</p>
---	--

Quadro 11: Objectivos do Plano Regional de Ordenamento do território para a região Norte, mais específicos para a região do Município.

<p>PROF</p>	<p>Diminuir o número de ignições de incêndios florestais.</p> <p>Diminuir a área queimada.</p> <p>Reabilitação de ecossistemas.</p> <p>Beneficiação de espaços florestais.</p> <p>Consolidação da actividade florestal.</p> <p>Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais.</p> <p>Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e cumprimento do plano.</p>
--------------------	--

Quadro 12: Objectivos do Plano Regional de Ordenamento Florestal.



<i>PBH Cávado e Ave</i>	<p>Redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico.</p> <p>Superação das carências básicas de infra-estruturas.</p> <p>Melhoria na disponibilidade de recursos hídricos utilizáveis de forma a satisfazer as necessidades das actividades sociais e económicas.</p> <p>Acréscimo de segurança de pessoas e bens relacionada com o meio hídrico.</p> <p>Preservação e valorização ambiental do meio hídrico e da paisagem associada.</p> <p>Ações de regularização e renaturalização de linhas de água.</p> <p>Utilização sustentada dos Recursos Naturais como modelo de desenvolvimento sustentável.</p>
--------------------------------	---

Quadro 13: Objectivos dos Planos de Bacia Hidrográfica do Rio Cávado e Ave.

<i>Quadrilátero Urbano</i>	<p>Quadrilátero Mobilidade.</p> <p>Quadrilátero digital.</p> <p>Quadrilátero Empresarial.</p> <p>Quadrilátero Potencial Humano.</p> <p>Quadrilátero Desenvolvimento Urbano, Cultural e Criativo.</p>
-----------------------------------	--

Quadro 14: Objectivos do programa Quadrilátero Urbano.

3.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BRAGA

Tendo em conta o ponto 3 do art. 93º do D.L 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo D.L nº 316/2007 de 19 de Setembro, a revisão do PDM “implica a reconsideração e reapreciação global com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do Plano e objectivos do modelo territorial definido (*in* Relatório da Avaliação da Execução). Como tal, surgiram os Domínios Estratégicos acima referidos e os respectivos objectivos específicos.

O procedimento adoptado para a definição das questões estratégicas da revisão do PDM de Braga constou num exaustivo estudo em busca de problemas levantados após a implementação da proposta final da revisão do PDM. Todos os objectivos específicos foram analisados independentemente numa fase inicial, e em conjunto numa fase posterior, numa tentativa de encontrar problemas derivados da sua aplicação individual ou colectiva.

De todos os objectivos gerais e específicos acima indicados, foram escolhidos como objecto de avaliação aqueles que apresentavam maior relevância e impacto ao nível do ambiente, da sociedade e da economia do concelho. Foi ainda tido em consideração a correspondência destes com os objectivos dos instrumentos de planeamento utilizados no desenvolvimento da ENDS, o que também condicionou a sua selecção.

Após a selecção dos objectivos específicos finais, estes formaram as questões estratégicas a analisar no desenvolvimento do presente relatório. As questões estratégicas são portanto, os objectivos específicos dos 3 Domínios Estratégicos que revelam a necessidade de uma avaliação e acompanhamento ao longo do processo de revisão.

<p>Braga Concelho Atractivo para Viver</p>	<p>Promoção da Imagem da Cidade Programa da Ocupação urbana Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal Definição da Circular Exterior Contenção da Dispersão Definição do sistema de vistas Racionalização da Rede de transportes Públicos Potenciar a atracção de Empresas no Concelho</p>
<p>Braga Cidade de Investimento Empresarial</p>	<p>Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.</p>
<p>Braga Concelho Competitivo à Escala Ibérica</p>	<p>Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI) Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal Reforçar a Vertente Cultural</p>

Quadro 15: Questões Estratégicas da Revisão do Plano Director Municipal de Braga (PDMB).

O passo seguinte foi confirmar a interligação entre os objectivos dos vários planos e programas seleccionados com as questões estratégicas definidas, para que se possa concluir que nesta revisão do PDM, são tidas em consideração todas as questões legais, de carácter ambiental, social e cultural, e que os próprios objectivos do PDM promovem a inclusão de todas estas questões. Desta forma foi criada uma matriz onde se cruzam todos estes objectivos e se verificam as ligações, caracterizadas como fracas, medias ou fortes. As seguintes tabelas decompõem essa matriz.

○ – Ligação fraca
● – Ligação média
● – Ligação Forte

PDMB	ENDS						
	Preparar Portugal para a "sociedade do conhecimento"	Crescimento Sustentado, Competitividade e à Escala Global e Eficiência Energética	Melhor ambiente e valorização do Património	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social	Melhor conectividade e Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território	Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional	Uma administração pública mais eficiente e modernizada
Promoção da Imagem da Cidade		●	●		●		●
Programação da Ocupação urbana		○	○				
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal		●	●		○		
Contenção da Dispersão		○		●			
Definição do sistema de vistas			●				
Definição da Circular Exterior					●		
Racionalização da rede de Transportes		●					
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho	●	●					
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial	●	●					
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes	○	●					
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial		○	○				
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.	●	○					
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade		●			●	○	
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	●	●		○	●	○	●
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal	●	●		○	●		
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional	●	○					
Reforçar a Vertente Cultural	●			○			

Tabela 1: Interação entre os objectivos da ENDS (Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável) com os do PDMB.

PDMB	QREN				
	Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas	Promover o crescimento sustentado	Garantir a coesão social	Assegurar a qualificação do território e das cidades	Aumentar a eficiência da governação
Promoção da Imagem da Cidade				•	•
Programação da Ocupação urbana		○	○	○	
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal				•	
Contenção da Dispersão			○	•	
Definição do sistema de vistas				•	
Definição da Circular Exterior				•	
Racionalização da rede de Transportes					○
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho		•	○		○
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial		•	•	○	
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes		•	○		
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial		•		○	○
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.	○	○	○	○	○
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade					○
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	•				•
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal		○	○		○
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional	•		•		
Reforçar a Vertente Cultural	•		○	○	

Tabela 2: Interacção dos objectivos do QREN (Quadro de Referencias Estratégicas Nacional) com o PDMB.



PDMB	PNPOT					
	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global	Promover o desenvolvimento policêntrico do território e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão social	Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a administração pública	Expandir as redes de infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições
Promoção da Imagem da Cidade	○		●			○
Programação da Ocupação urbana	○	○	○	●		○
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	●					○
Contenção da Dispersão		○	○			
Definição do sistema de vistas	●					
Definição da Circular Exterior			○	●		
Racionalização da rede de Transportes			○			
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho						
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial		○				
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes						
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial						
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Empresas T.I.C., etc.						
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade		○	○	○		
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)		●	●	○	○	○
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal		●	○	○		
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional				○	●	
Reforçar a Vertente Cultural	○			○		

Tabela 3: Interação entre os objectivos do PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) com o PDMB.



PDMB	PNPOT – Região urbano – metropolitana do Noroeste						
	Ordenar o território e estruturar o policentrismo, criando ancoras para o desenvolvimento de um terciário avançado (...) ao reforço e organização do triangulo Braga - Guimarães - Vila Nova de Famalicão (...)	Reordenar e qualificar os espaços industriais para a transformação das estruturas empresariais, apostando em espaços de qualidade e em relação de proximidade e forte interacção.	Consolidar uma rede de espaços qualificados de acolhimento de actividades inovadoras e de base tecnológica	Criar redes de cooperação inter-urbana capazes de promoverem a reorganização espacial dos serviços	Organizar o sistema territorial de mobilidades, de modo a reforçar polarizações urbanas e a estruturar sistemas urbanos sub-regionais	Qualificar as periferias da AMP, ordenar a implantação de equipamentos e infra-estruturas de referência e promover a operacionalização das redes necessárias à superação dos défices ambientais.	Controlar os impactes ambientais da urbanização difusa e dos previsíveis processos de abandono de algumas instalações industriais, através da valorização do património e dos espaços públicos
Promoção da Imagem da Cidade							•
Programação da Ocupação urbana							○
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal							•
Contenção da Dispersão							•
Definição do sistema de vistas							
Definição da Circular Exterior							
Racionalização da rede de Transportes					•		
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho		•					
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial	○	•	•				
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes		•					
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial		•					
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.			•				
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade					•		
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	•			•	•		
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal	•			•	•		
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional			•	○			
Reforçar a Vertente Cultural							

Tabela 4: Interação entre os objectivos do PNPOT para a região Norte com o PDMB.



PDMB	PNA					
	Conhecimento das características fundamentais, utilizações e riscos associados aos recursos hídricos	Protecção eficaz e permanente das águas, gestão da procura, superação de carências básicas e programação do território	Definição concreta do domínio hídrico e aplicação eficiente dos instrumentos para a sua protecção	Instalação efectiva do sistema de sustentabilidade económico-financeiro dos recursos hídricos	Concretização de uma dinâmica de informação e participação das populações para a decisão	Operacionalização dos instrumentos de cooperação para a gestão das bacias hidrográficas internacionais.
Promoção da Imagem da Cidade	•	○				
Programação da Ocupação urbana	○	•				○
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	•	•	•	•		○
Contenção da Dispersão		○				
Definição do sistema de vistas	○					
Definição da Circular Exterior						
Racionalização da rede de Transportes						
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho						
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial						
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes						
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial						
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.						
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade						
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)						
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal						
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional						
Reforçar a Vertente Cultural						

Tabela 5: Interação entre os objectivos do Plano Nacional para a Água com o PDMB.



PDMB	PNAC				
	Definição de cenários de referência contrastados, de forma a abarcar a gama de realizações possíveis no que se refere ao comportamento da economia e das emissões de GEE	Quantificar o esforço de redução, em termos de CO2e, para o cumprimento das metas a que Portugal se obrigou	Identificar um conjunto de medidas e instrumentos para controlo e redução de GEE	Explicitar o cenário de cumprimento da directiva, evidenciando as orientações da política passíveis de promover a implementação das medidas e instrumentos adicionais identificados	Definir o sistema de monitorização PNAC, em linha com o que vier a ser estabelecido pelas instâncias internacionais
Promoção da Imagem da Cidade	○	○			
Programação da Ocupação urbana					
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	○		●	●	
Contenção da Dispersão					
Definição do sistema de vistas					
Definição da Circular Exterior					
Racionalização da rede de Transportes	●	●	●		
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho					
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial			○		
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes	●		●		
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial					
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.		○			
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade					
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)					
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal			○		
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional	○	○			
Reforçar a Vertente Cultural					

Tabela 6: Interação dos objectivos do PNAC (Plano Nacional para as Alterações Climática) com o PDMB.



PDMB	PNAEE						
	Tecnologias				Comportamentos		
	Transportes	Residencial e Serviços	Industria	Estado	Comportamentos	Fiscalidade	Incentivos e Financiamento
Promoção da Imagem da Cidade							
Programação da Ocupação urbana		o					
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal							
Contenção da Dispersão							
Definição do sistema de vistas							
Definição da Circular Exterior							
Racionalização da rede de Transportes	•						
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho							
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial			•				
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes			•				
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial			•				
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B,Empresas T.I.C., etc.							
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade							
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)			•				
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal	•	•	•				
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional							
Reforçar a Vertente Cultural							

Tabela 7: Interação entre os objectivos do PNAEE (Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética) com o PDMB.



PDMB	PERSU II				
	Eixo I – Prevenção: Programa Nacional	Eixo II – Sensibilização/Mobilização dos cidadãos	Eixo III – Qualificação e optimização da gestão de RSU	Eixo IV – Sistema de informação como pilar de gestão de RSU	Eixo V – Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RSU
Promoção da Imagem da Cidade	•	•	•	•	
Programação da Ocupação urbana					
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal					
Definição da Circular Exterior					
Contenção da Dispersão					
Definição do sistema de vistas					
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho					
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial					
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes					
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial					
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.					
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade					
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional		○	○	•	
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)				•	
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal				•	•
Reforçar a Vertente Cultural	○				

Tabela 8: Interação dos objectivos do PERSU II (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos) com o PDMB.



PROT – N											
	A valorização da posição geostratégica da região	A afirmação da região como plataforma de Internacionalização da economia nacional	Consolidar o sistema de protecção e valorização ambiental	Estruturar o sistema urbano e reforçar o policéntrico	Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior e centros tecnológicos	Organizar o sistema de acessibilidades	Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial	Organizar uma rede de pólos de excelência em espaço rural	Valorização das especialidades territoriais dos espaços sub-regionais	Contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa	Adequado ordenamento agrícola e florestal, salvaguarda e valorização de paisagens de carácter ecológico relevante
PDMB											
Promoção da Imagem da Cidade			○							●	
Programação da Ocupação urbana			○	○					○	○	
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	○		●						○	○	●
Contenção da Dispersão			○			○			●	●	●
Definição do sistema de vistas			●						●		
Definição da Circular Exterior	○			○		●					
Racionalização da rede de Transportes				○						○	
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho	●	●					●				
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial	○	●			○		●				
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes		○					○				
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial		○					●				
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B,Empresas T.I.C., etc.		●			●		●				
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade		●				●					
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	●	●		●		●	●	●	○		



Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementar idade à Escala Supra- Municipal				•	•	○	○		•		
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional		•									
Reforçar a Vertente Cultural											

Tabela 9: Interação dos objectivos do PROT – N (Plano Regional de Ordenamento do Território da zona Norte) com o PDMB.



PDMB	PROT – N A aglomeração Metropolitana e Cidades de Equilíbrio regional - Braga						
	Afirmar-se enquanto pólos-nucleares do desenvolvimento da região	Liderar processos de qualificação funcional e da atractividade de investimentos externos	Promover o emprego em serviços transaccionáveis e susceptíveis de concorrer no mercado internacional que se baseiam na capacidade de engenharia e gestão	Reforçar as competências de I&D, nas áreas da Saúde, Comunicação /Electrónica, Mar e Mobilidade	Dinamizar processos de inovação e dinamização dos clusters regionais	Activar o desenvolvimento de serviços de reconstrução urbana e de manutenção dos edifícios, os serviços de manutenção de espaços verdes, e serviços de instalação de novas soluções energéticas	Favorecer o reforço económico e social da cultura
Promoção da Imagem da Cidade	○					●	●
Programação da Ocupação urbana			●		●	●	
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal			○			●	●
Contenção da Dispersão							
Definição do sistema de vistas						○	○
Definição da Circular Exterior			○	●			
Racionalização da rede de Transportes				●			
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho	●	●	●	○	●		
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial	●	○	●	○	○		
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes	●	●	●	●	●	●	
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial	●	●			○	●	
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.	●	●	●	○	●		●
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade	●			●	●		
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	●	●	○	●	●		●
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade e à Escala Supra-Municipal	○	○	●		●		
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional				●	○	●	
Reforçar a Vertente Cultural						●	●

Tabela 10: Interação dos objectivos do PROT – N para a região de Braga (Plano Regional de Ordenamento do Território da zona Norte) com o PDMB.



PDMB	PROF						
	Diminuir o número de ignições de incêndios florestais	Diminuir a área queimada	Reabilitação de ecossistemas	Beneficiação de espaços florestais	Consolidação da actividade florestal	Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais	Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e comprimento do plano
Promoção da Imagem da Cidade	○		○	●			
Programação da Ocupação urbana							
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	●	●	●	●	●		●
Contenção da Dispersão							
Definição do sistema de vistas			●	○			
Definição da Circular Exterior							
Racionalização da rede de Transportes							
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho							
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial							
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes							
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial							
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Empresas T.I.C., etc.							
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade							
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)							
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal							
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional							
Reforçar a Vertente Cultural							

Tabela 11: Interação dos objectivos do PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal) com o PDMB.



PDMB	PBH Cávado e Ave				
	Redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico	Superação das carências básicas de infra-estruturas	Melhoria na disponibilidade de recursos hídricos utilizáveis de forma a satisfazer as necessidades das actividades sociais e económicas.	Acréscimo de segurança de pessoas e bens relacionada com o meio hídrico	Preservação e valorização ambiental do meio hídrico e da paisagem associada
Promoção da Imagem da Cidade	○				●
Programação da Ocupação urbana			○		
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	○		○	○	●
Contenção da Dispersão					○
Definição do sistema de vistas					○
Definição da Circular Exterior					
Racionalização da rede de Transportes					
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho					
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial					
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes					
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial					
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.					
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade					
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)					
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal					
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional					
Reforçar a Vertente Cultural					

Tabela 12: Interação dos objectivos dos PBH Cavado e Ave com o PDMB.



PDMB	Quadrilátero Urbano				
	Quadrilátero Mobilidade	Quadrilátero digital	Quadrilátero Empresarial	Quadrilátero desenvolvimento urbano, cultural e criativo	Quadrilátero Potencial Humano
Promoção da Imagem da Cidade				•	
Programação da Ocupação urbana	○			•	
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal					
Contenção da Dispersão				•	
Definição do sistema de vistas					
Definição da Circular Exterior	•		○		
Racionalização da rede de Transportes	•	○	○		
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho			•		•
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial	○		•		•
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes			○		
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial	○		○	○	
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B, Empresas T.I.C., etc.		○	○		○
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade	•				○
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	•	•	•	•	•
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal	•	•	•	•	•
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional		○			○
Reforçar a Vertente Cultural		○		•	○

Tabela 13: Interação dos objectivos da proposta do Quadrilátero com o PDMB.

Da análise à tabela de interligação dos objectivos da ENDS com o PDMB, podemos concluir que o objectivo da ENDS que apresenta menos correspondências é: "Uma administração pública mais eficiente e modernizada". Pelo que será considerado aquando da análise das questões que poderão estar em falta na revisão do PDMB. Por sua vez, o objectivo "Crescimento sustentado, competitividade à escala global e empresarial" é o que mais se evidencia pelo número de correspondências. As temáticas propostas neste objectivo estratégico da ENDS coincidem com algumas metas que se procuram alcançar com a revisão do PDMB, tendo por base uma melhoria na economia do País, criando igualdade de oportunidades e incentivando o uso de novas tecnologias, em busca de uma industria mais eficiente e consciente.

Após a análise à tabela 2, o objectivo da QREN "Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas" apresenta menos interligações, porém possui um carácter forte na medida em que se relaciona com a preocupação presente neste processo de revisão em possuir uma população mais informada relativamente às problemáticas sociais, ambientais e territoriais. Os restantes objectivos apresentam várias correspondências, demonstrando que o quadro de referências estratégico foi de facto uma referência para a concretização dos objectivos desta revisão do PDMB.

Relativamente à tabela de interacção do PNPOT com o PDMB, o objectivo do PNPOT "Expandir as redes de infra-estruturas avançadas de informação e comunicação..." é aquele que apresenta menos ligações. Refere-se ao conhecimento sobre o ordenamento e desenvolvimento do território por parte dos cidadãos, e apesar de apresentar pouca relação com os objectivos do PDMB, é algo que acontece realmente na prática, no período de discussão pública.

Na tabela de interligações do PNPOT para a região urbano – metropolitana do Noroeste, o respectivo objectivo "Reordenar e qualificar os espaços de qualidade..." é aquele que mais se evidencia pelo tipo de relação que apresenta, sendo que este tema se encontra bem explorado no processo de revisão no domínio estratégico "Braga cidade de investimento empresarial".

Relativamente ao Plano Nacional para a Água, os objectivos interligam-se apenas no domínio estratégico "Braga Concelho Atractivo para Viver", onde são tidos em conta os problemas ambientais associados aos recursos hídricos, à gestão do abastecimento de água e do saneamento básico.

Da análise à tabela nº 6 que incorpora a temática "Alterações Climáticas", concluímos que os objectivos do PNAC que mais se evidenciam são aqueles que promovem a redução das emissões de GEE, e relativamente a este aspecto, o objectivo do PDMB "Racionalização da Rede de Transportes" é o que mais contribui para esse efeito. Também o objectivo "Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes" procura alcançar esse fim, incorporando nos seus processos, "métodos verdes", métodos com tecnologias alternativas que diminuam os impactos no ambiente.

Da análise da tabela de interacção do PNAEE com o PDMB, concluímos que apenas os objectivos do PNAEE relacionados com as tecnologias se interligam com os objectivos do PDMB. Relativamente ao ponto "Estado" e ao objectivo "Comportamentos", não se verifica nenhuma relação. Este aspecto deverá

ser considerado. Como a revisão do PDMB ainda se encontra no início, é ainda possível adaptar os objectivos e procurar soluções para estas lacunas.

O objectivo do PERSU II que apresenta mais interligações é relativo ao Eixo IV, onde se procura adoptar sistemas de informação para uma gestão mais eficaz dos Resíduos Sólidos Urbanos. Realmente esta questão torna-se, mais importante quando associamos à gestão dos RSU todos os custos inerentes, na gestão dos recursos humanos, nos transportes e nas emissões de GEE que estão associadas (quer derivadas dos transportes, quer da deposição dos resíduos em aterro). A adopção de sistemas integrados de gestão de resíduos traz benefícios a vários níveis e portanto está a ser ponderada a sua inclusão no processo de revisão.

Observando a tabela nº 9 reparamos que há um objectivo do PROT que não apresenta qualquer tipo de relação: “Organizar uma rede de pólos de excelência em espaço rural”. Este objectivo, apesar de não apresentar ligações, está intrínseco nos objectivos do PDMB que procuram a qualificação do meio rural mantendo as características ambientais e patrimoniais destas áreas. Todos os objectivos do PDMB apresentam ligações com o PROT à excepção do “Reforçar a Vertente Cultural”. Mas de uma maneira geral todos os domínios estratégicos da revisão do PDMB apresentam relações com o PROT.

Na tabela nº 10, o objectivo do PROT N que mais se evidencia é: “Promover o emprego em serviços transaccionáveis e susceptíveis de concorrer no mercado...”, que apresenta mais relações com o PDMB na medida em que nesta revisão se procura qualificar o emprego no Concelho incorporado uma indústria moderna e qualificante. Relativamente do PDMB, os domínios que mais se evidenciam são “Braga Concelho de Investimento Empresarial” e “Braga Concelho Competitivo à Escala Ibérica”.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal apresenta mais ligações com a definição da Estrutura Ecológica Municipal. Este objectivo vai possibilitar a inclusão de áreas florestais com carácter de conservação. Independentemente desta revisão, o PDMB actual possui ferramentas de apoio e gestão das áreas florestais. A Estrutura Ecológica será mais uma ferramenta que possibilita o correcto ordenamento destas áreas.

Relativamente aos planos de bacia Hidrográfica, o objectivo que mais se evidencia é “preservação e valorização ambiental do meio hídrico e da paisagem associada”, Nestes PDM de 2ª geração a valorização da paisagem e a preservação do meio ambiente são uma prioridade, e desta forma, estão também incorporados nos objectivos da revisão do PDMB.

Todos os objectivos do Quadrilátero apresentam várias interligações com os objectivos do PDMB, como seria de esperar na medida em que o concelho se insere na rede. As linhas de trabalho do Quadrilátero reflectem sobretudo duas grandes preocupações: a de manter a focagem numa estratégia de rede urbana para a competitividade, e inovação e a internacionalização e a de gerar factores de coesão no território e na rede (Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a inovação e a Internacionalização – Programa Estratégico de Cooperação), que em tudo coincidem com algumas das metas propostas nesta revisão.

Pode então concluir-se que existem várias ligações convergentes entre as questões estratégicas, objectivos da revisão do PDMB, e os objectivos dos Planos e Programas inseridos na ENDS. Desta forma conseguimos assegurar que serão cumpridas as medidas necessárias para uma eficiente gestão territorial adaptada a uma nova realidade e à nova legislação, promovendo um desenvolvimento sustentável como se pretende com os PDM de 2ª Geração.

3.3 FACTORES AMBIENTAIS

De acordo com o disposto na alínea e) do nº1 do art. 6º do D.L. 232/2007 de 15 de Junho, no procedimento de AAE têm que ser identificados os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do Plano. Devem ser devidamente analisados, os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, permanentes, temporários, positivos e negativos considerando as seguintes temáticas:

- ✚ Biodiversidade
- ✚ População
- ✚ Saúde humana
- ✚ Fauna
- ✚ Flora
- ✚ Solo
- ✚ Água
- ✚ Atmosfera
- ✚ Factores climáticos
- ✚ Bens materiais
- ✚ Património cultural
- ✚ Paisagem

A metodologia utilizada nesta fase foi determinante para a escolha dos FCD. Numa primeira fase, reuniram-se os membros da equipa e individualmente cada um cruzou numa tabela os objectivos do PDMB (definidos como sendo as QE) com os FA definidos no D.L. 232/2007 de 15 Junho de modo, para se analisar a relação de convergência entre estes. De seguida, foi analisada individualmente cada tabela e pelo maior número de correspondências seleccionaram-se os FA mais relevantes a ter em consideração na AAE. De seguida agruparam-se estes FA em áreas temáticas para que juntamente com o QRE se constituíssem os FCD.

A seguinte tabela, corresponde à análise final da equipa de trabalho :

FA PDMB												
	Biodiversidade	População	Saúde humana	Fauna	Flora	Solo	Água	Atmosfera	Factores climáticos	Bens materiais	Património cultural	Paisagem
Promoção da Imagem da Cidade		•			○	•				•		
Programação da Ocupação urbana		•	○			•				○		
Definição da Estrutura Ecológica	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•
Contenção da Dispersão		•		○		•						•
Definição do sistema de vistas		○				•						
Definição da Circular Exterior		•	•			•						
Racionalização da rede de Transportes		•	•			○						
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho		•				•						○
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial		•				•						○
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes		•	•			○	•	•	•			
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial		•	○			•	•	•	•			
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre		•				•						

Empresas, U.M., C.M.B. Empresas T.I.C., etc.												
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade		•				•						
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)		•				•						
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal		•				•						
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional		•										
Reforçar a Vertente Cultural		•	○	○	○						•	•

Tabela 14: Interação entre os objectivos da revisão ao PDMB com os FA definidos na legislação.

Da análise da respectiva tabela escolheram-se como objecto de estudo para as fases seguintes da AAE, os factores ambientais: População, Solo e Paisagem e Saúde Humana pelo maior número de interligações verificadas em todas as tabelas. Os factores ambientais: Factores Climáticos e Água vão ser também objecto de estudo pela sua importância no bom funcionamento de um ecossistema.

3.4 FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Factores Críticos para a Decisão (FCD) identificam os aspectos que devem ser considerados pela decisão na concepção da sua estratégia e das acções que a implementam (Partidário, M^o do Rosários; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa 2007). Os FCD resultam da interacção entre as Questões Estratégicas (QE), o Quadro de Referências Estratégico (QRE) e os Factores Ambientais (FA), e assim satisfazem os pressupostos ambientais que permitem alcançar um futuro sustentável num quadro de desenvolvimento estratégico e sustentável.

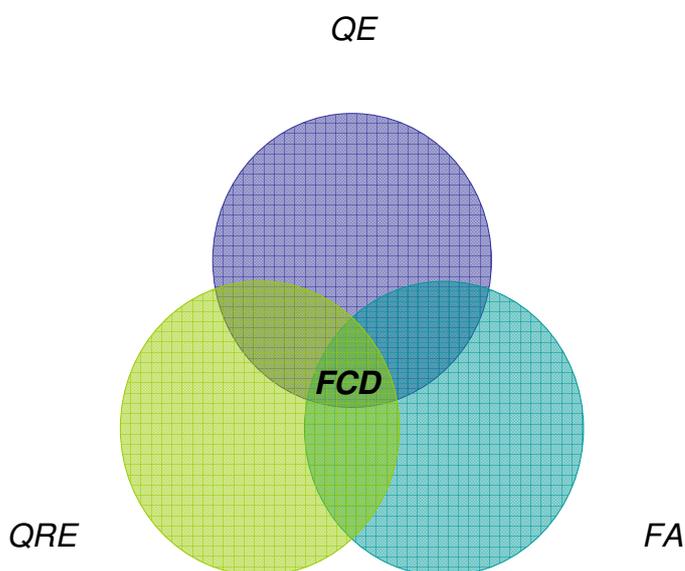


Ilustração 2: Relação de interligação na identificação dos factores críticos para a decisão.

Os factores críticos permitem estruturar a análise e a avaliação de oportunidades e riscos durante a elaboração da AAE do PDMB, que correspondem aos impactos positivos ou negativos de natureza estratégica.

Na medida em que os factores críticos são definidos como as dimensões de análise que irão estruturar a avaliação a ser desenvolvida, é necessário que envolvam os principais temas das questões estratégicas e os FA, visto que traduzem as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável nacional no âmbito da revisão do PDMB.

Tendo em atenção as interligações entre os objectivos do PDMB, os objectivos dos vários instrumentos identificados no ponto 3.2, e os FA acima descritos, foram então seleccionadas áreas estratégicas de

convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente que constituem assim, os seguintes FCD da revisão do PDMB:

- ✚ Governança – Definiu-se este FCD, para evidenciar o contributo do PDMB na conquista de uma melhor governança de acordo com os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência;
De acordo com estes princípios, a busca de uma boa governança passa pela transparência entre as entidades e os cidadãos. A disponibilização da informação (através de workshop, debates ou campanhas) para consulta e discussão induz nos cidadãos uma maior confiança, porque a sua opinião é também parte integrante da tomada de decisão. Isto pode ser alcançado através dos meios já previstos na legislação em vigor (períodos de discussão pública) assim como, promovendo conferências e permitindo a participação no site da Câmara, que funcionaria como plataforma interactiva de informação e debate.
Esta temática foi também considerada como factor crítico pela influência que uma boa Governança tem na concretização dos objectivos do Quadrilátero, no reforço de cooperação entre a Câmara Municipal, Empresas e Universidade do Minho, entre outros.
A governança, ao nível dos municípios deverá garantir os direitos dos cidadãos e a clareza e coerência durante os processos e na tomada de decisões.
- ✚ Ordenamento do Território – Demonstrando o contributo do PDMB para um melhor ordenamento do território, elemento importante para a identidade local. Considera-se um FCD para garantir que o PDMB seja um instrumento de gestão da interacção homem/ território, de planeamento das ocupações, valorização das infra-estruturas existentes e preservação do solo como recursos limitado.
- ✚ Paisagem e património cultural – Para que o PDMB seja também um instrumento de protecção, preservação e valorização da paisagem e património cultural.
- ✚ Recursos Naturais – Para evidenciar a influência do PDMB ao nível da biodiversidade, impactes da alteração da Reserva Ecológica Nacional, desafectações da Reserva Agrícola Nacional, e a fragmentação de habitats;
Um dos principais problemas de conservação da natureza é precisamente a fragmentação de habitats, que leva à destruição de ecossistemas, perda de biodiversidade, transformação e ocupação do solo. Este tema foi considerado FCD para que a implementação do futuro PDMB venha contrariar esta tendência, seguindo as directrizes traçadas pela Estratégia Nacional de Conservação de Natureza e Biodiversidade (ENCNB), que visam a continuidade espacial e conectividade entre áreas com interesse conservacionista. Esta continuidade é alcançada através da criação de corredores ecológicos nos espaços rurais e urbanos ao nível do PDM.
- ✚ Ambiente e Lazer – Para garantir o contributo do PDMB na adopção de hábitos de vida saudáveis e aumento da qualidade de vida dos cidadãos com repercussões na saúde.

A tabela da página seguinte define os Critérios, os objectivos de sustentabilidade e os Indicadores para cada factor crítico definido, permitindo uma análise mais pormenorizada de cada temática.

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	
Governança	Abertura/ Transparência	Melhorar a confiança nas instituições	Estratégia de comunicação activa Informação fiável, actualizada e acessível	
	Participação	Informação actualizada ao longo das fases do processo	Reforço da participação ao longo das fases do processo de forma a aumentar a confiança nas decisões finais	
	Responsabilização	Clareza e responsabilidade das instituições competentes	Explicação da sua acção e assumir as responsabilidades correspondentes	
	Eficácia	Tomada de decisões adequada	Resposta às necessidades com base em objectivos claros. Monitorização ao longo do processo de revisão e avaliação do impacto futuro das decisões.	
	Coerência	Políticas coerentes e compreensíveis	Abordagem comum e coerente no âmbito de um sistema complexo	
Ordenamento do Território	Solos urbanizados e cuja urbanização seja possível programar	Estruturação Urbana	Objectivos do PDMB, designadamente: - Promoção da Imagem da Cidade - Programação da Ocupação Urbana - Contenção da Dispersão - Relocalização de nova área empresarial - Potenciar a atracção de novas empresas	
	Solos afectos á estrutura ecológica	Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e culturais	Definição e Regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal	
	Solos rurais	Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais	Redefinição e regulamentação do espaço natural	
Paisagem e Património Cultural	Património arquitectónico e arqueológico	Preservação e valorização do património Arquitectónico e arqueológico	Identificação de zonas de protecção a património arquitectónico ou arqueológico classificado, em vias de classificação e inventariado. Normas de protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico	
	Identidade	Salvaguardar a identidade e diversidade da paisagem e do território	Definição do sistema de vistas – Valorização dos ícones da Paisagem Promoção da Imagem da cidade	
	Núcleos Rurais	Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais Contenção da dispersão	Identificação de núcleos ou conjuntos de valor cultural e arquitectónico Normas de edificação no espaço rural	
Recursos Naturais	Biodiversidade	Floresta	Protecção das espécies florestais autóctones e controle das monoculturas de espécies de crescimento rápido.	Identificação de povoamentos florestais autóctones. Normas de protecção aos povoamentos florestais e controlo das monoculturas e plantas invasoras. Articulação do Plano de Gestão Florestal com o PDM
		Solo	Protecção dos solos evoluídos Racionalização da expansão urbana Controlar a impermeabilização do solo	Reserva Agrícola Nacional Reserva Ecológica Nacional
		Fragmentação de ecossistemas	Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do continuum naturale	Estrutura Ecológica Municipal
	Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Manutenção, conservação, valorização e protecção dos recursos hídricos. Protecção dos leitos de cursos de água e respectivas margens Protecção a nascentes e lençóis freáticos	Reserva Ecológica Nacional Domínio Público Hídrico Zona Reserva de Albufeiras Zona de Protecção das Albufeiras Zona de Protecção a captação de água

	Riscos Naturais	Cheias	Minimizar os impactos das cheias	Redefinição da Reserva Ecológica Nacional
		Incêndios Florestais	Reduzir o nº de ignições	Delimitação do espaço florestal Fomentar a compartimentação dos espaços florestais com uma rede de corta-fogos
		Erosão dos solos	Revitalizar a área ardida Prevenir a erosão dos solos	Projectos de Recuperação de áreas ardidas. Reserva Ecológica Nacional. Carta de declives
Ambiente e Lazer	Atmosfera	Redução das emissões de GEE Racionalização da rede de transportes	Campanhas de boas práticas no âmbito da mobilidade Incentivo ao uso do transporte colectivo Intensificação das áreas arborizadas do Concelho	
	Gestão de resíduos e eficiência energética	Eficientes rotas de recolha Energias Alternativas	Integração de sistemas de gestão de resíduos informatizados e mais eficientes Incentivo à utilização de painéis solares e micro-geração	
	Ruído	Minimizar o ruído ambiente	Mapa de ruído	
	Gestão, abastecimento e tratamento de água.	Cobrir o concelho na totalidade com redes de abastecimento de água e saneamento básico	Cobertura do concelho na sua totalidade	
	Espaços Verdes e outros Espaços Públicos	Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização colectiva	Objectivos do PDMB, designadamente: Promoção da Imagem da Cidade ao nível dos Espaços Públicos Diagnóstico dos espaços públicos existentes Definição de um sistema de espaços públicos	
	Turismo	Potenciar o turismo na cidade e no meio rural	- Parques de diversão - Campos de Golfe - Promover espectáculos, eventos tradicionais, feira romana, etc.	
	Equipamentos desportivos e outros	Melhoria das condições para a prática desportiva Gestão de equipamentos sociais, de saúde e escolar	Criação de equipamentos para a prática desportiva. Percursos pedonais, cicloviarias, passeios Integração de equipamentos com os restantes espaços públicos Descentralização de equipamentos de acção social	

Tabela 15: Factores Críticos para a Decisão, critérios, indicadores e objectivos de sustentabilidade.

A tabela seguinte representa a convergência entre os FCD e os objectivos do PDMB . A análise desta tabela, permitirá que ao longo da revisão, se consigam ajustar e fazer cumprir as linhas orientadores traçadas durante a avaliação ambiental estratégica. Apesar da revisão do PDMB já ter iniciado, está em perfeita consonância com este relatório e vai ser possível uma articulação entre a AAE e a revisão do PDMB. Desta forma, vai ser possível pensar e agir de uma forma estratégica procurando alcançar um desenvolvimento sustentável.



PDMB	FCD				
	Governança	Ordenamento do território	Paisagem e Património Cultural	Recursos Naturais	Ambiente e Lazer
Promoção da Imagem da Cidade		√	√	√	√
Programa da Ocupação urbana		√	√		
Definição da Estrutura Ecológica Urbana e Municipal	√	√	√	√	√
Contenção da Dispersão		√	√		
Definição do sistema de vistas		√	√		√
Definição da Circular Exterior		√			
Racionalização da rede de Transportes	√	√			√
Potenciar a atracção de Empresas no Concelho	√	√			
Dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial	√	√			
Modernizar na medida do possível as áreas industriais existentes					
Estimular a Relocalização de Empresas no espaço industrial		√			
Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B,Empresas T.I.C., etc.	√				
Adaptação da rede ferroviária de Alta Velocidade à E.C.F. da cidade	√	√			
Reforçar o Papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Polis XXI)	√	√			√
Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal	√	√			
Reforçar a cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional	√				
Reforçar a Vertente Cultural	√	√			

Tabela 16 – Interligação entre os FCD e os objectivos da revisão ao PDMB.

4| PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A Portaria nº 1474/2007 de 16 de Novembro regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento (CA) de elaboração e da revisão do plano director municipal (PDM).

Está descrito nesta portaria que “os representantes privados dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais não vêem, no entanto, cerceadas as suas possibilidades de intervenção por meio do direito de participação ao longo de todo o procedimento de elaboração ou de revisão dos planos, nos termos e com o conteúdo previsto no artigo 6º do RJIGT, em especial no decurso do período de participação preventiva e de discussão pública, assegurando-se, por essa via, a eficaz coordenação de interesses públicos e privados”.

Considera-se assim fundamental assegurar uma adequada participação dos interessados a dois níveis:

- Ao nível das entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, determinando o âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de Junho.
- Após a disponibilização na Internet do Relatório de Factores Críticos, é possível a participação do Público conforme o artigo 2º da Directiva 2003/35/CE, ou artigo 7º do Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de Junho.

Posteriormente as fases de discussão pública são referentes ao RA (Relatório Ambiental) que acompanha a proposta do Plano. O RA só pode ser submetido a consulta pública após serem recolhidos os pareceres das ERAE (Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas)

Após a consulta pública do RA, seguir-se-á a ponderação dos resultados da consulta, a aprovação da proposta do plano e a emissão da Declaração Ambiental (DA).

5| CONCLUSÃO

O objectivo principal da AAE é contribuir para uma proposta de Plano Director Municipal onde esteja reflectida, com coerência e objectividade, a integração de perspectivas e de princípios de promoção do desenvolvimento sustentável.

A AAE é constituída por cinco fases: a primeira fase corresponde ao presente relatório; a segunda fase diz respeito à Identificação dos Efeitos Significativos e das Alternativas; a fase seguinte é a elaboração do Relatório Ambiental e consultas; a 4ª fase corresponde à consulta pública, aprovação do Plano e do Relatório Ambiental, e emissão da Declaração Ambiental (DA); a 5ª fase é a fase de Execução e Monitorização da AAE.

O relatório dos factores críticos constitui, como já foi referido anteriormente, a primeira fase do processo de elaboração da AAE da proposta de revisão do PDM de Braga. Este relatório cumpre o objectivo de definir o âmbito da avaliação, escolher os FCD e identificar os indicadores pertinentes para a revisão do PDM de Braga.

Após a definição dos Factores críticos, estão reunidas as condições para uma análise cuidada dos impactos provocados pela implementação do Plano, tendo em conta todas as questões ambientais definidas por lei.



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1:.....	8
Ilustração 2:.....	41

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.....	7
Quadro 2.....	10
Quadro 3.....	11
Quadro 4.....	11
Quadro 5.....	12
Quadro 6.....	13
Quadro 7.....	13
Quadro 8.....	14
Quadro 9.....	14
Quadro 10.....	15
Quadro 11.....	16
Quadro 12.....	16
Quadro 13.....	17
Quadro 14.....	17
Quadro 15.....	19

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.....	20
Tabela 2.....	21
Tabela 3.....	22
Tabela 4.....	23
Tabela 5.....	24
Tabela 6.....	25
Tabela 7.....	26
Tabela 8.....	27
Tabela 9.....	29
Tabela 10.....	30
Tabela 11.....	31
Tabela 12.....	32
Tabela 13.....	33
Tabela 14.....	38
Tabela 15.....	44
Tabela 16.....	45

6| BIBLIOGRAFIA

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA (2008) Relatório de avaliação da execução do Plano Director Municipal – 2ª revisão, CMB; Braga

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA (2008) Termos de referência da revisão do Plano Director Municipal – 2ª revisão, CMB; Braga

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. (2006) Relatório dos factores críticos das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do QREN (2007 -2013) e Directiva Europeia 2001/42/CE, Observatório do QCAIII; Lisboa

IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento) (2006) Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Portugal Logístico – Relatório Ambiental; Associação dos Portos de Portugal; Lisboa

PARTIDÁRIO, M. R. (2007) Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa

DGOTDU (2008) – Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; Lisboa

RELATÓRIO E PROGRAMA DE ACÇÃO do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PERSU I – Plano Estratégico para os resíduos sólidos urbanos – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento regional, 2007

PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas “ Cenários e esforços de redução” – Instituto do Ambiente, Janeiro de 2003

LEGISLAÇÃO

Decreto Lei nº 232/ 2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas nº 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio.

Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro, aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Resolução de Conselho de Ministros nº 29/2006, de 23 de Fevereiro, determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte

Resolução de Conselhos de Ministro 86/2007, de 3 de Julho, aprova a versão final do QREN (2007 – 20013)

Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007, de 20 de Agosto, aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Decreto Regulamentar nº 17 /2002, aprova o Plano e Bacia Hidrográfica do Cavado

Resolução de conselho de Ministros nº 80/2008 de 20 de Maio de 2008, aprova a Estratégia Nacional para a Energia

Portaria nº 1474/ 2007 de 16 de Novembro, aprova a formação da comissão de Acompanhamento á revisão dos PDM.

SITES CONSULTADOS

QREN : <http://www.qren.pt>

ENDS : <http://www.desenvolvimentosustentável>.

APA : <http://www.iambiente.pt>

PNAEE : <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/DE88CE5F-C437-47AD-9D9E-8FA2F34B8FF5/0/PNAEE.pdf>